

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correis Braziliense	_ Class.: _	6R
Data: 20 de Julho de 1991	Pg.:	

Amazônia em perigo

Postas no cenário de uma reunião de governadores regionais, as denúncias do general Antenor de Santa Cruz, sobre a existência de manobras cobiçosas em torno da Amazônia, surgem no momento em que, reunidos em Londres, as sete maiores potências do mundo torcem o nariz à proposta brasileira para um programa de preservação ambiental na área. Comandante militar da Amazônia, o general ocupa posição privilegiada para analisar o espaço geográfico onde atua os efetivos sob suas ordens e expender juízos de valor sobre o que ali acontece. Por isso mesmo, é indispensável recolher suas advertências como sinais de uma situação que se deteriora com rapidez, a fim de que sejam tomadas providências capazes de fortalecer a soberania nacional.

Não há dúvida alguma de que, ao dizer que a cobiça internacional se expressa sob formas veladas (perceptíveis em seus objetivos inconfessáveis), tais como a extremada defesa da ecologia e interesse insolito no combate ao narcotráfico, o militar resume aí uma manobra no sentido de desqualificar o Brasil em sua capacidade de administrar a Amazônia. Vende-se no exterior, assim, a imagem de uma situação fora de qualquer controle, que urge ser resolvida pelos extremos radicais da intervenção internacional.

Sobre esse fundo político se esconde

um jogo econômico de proporções significativas. De fato, o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, aclarou a questão ao revelar que, por exemplo, a exploração de cassiterita em Rondônia representou no ano passado cinco por cento da produção mundial do minério. E, vai ele mais adiante, por causa disso o preço do estanho despençou de 12 para 6,80 dólares no mercado internacional, de modo que 81 minas inglesas, só na Malásia, tiveram que encerrar suas atividades. Outra coisa não acontece com o ouro, cuja exploração em escala industrial criaria graves dificuldades financeiras à África do Sul. As nações industrializadas, parece bastante claro, têm interesse específico em impedir que o Brasil explore os recursos naturais amazônicos.

Tantos indícios de cerco aos interesses nacionais, sempre dissimulados sob a forma de campanhas preservacionistas e de teorias científicas fraudulentas, cumprem levar o Governo brasileiro a adotar um programa estratégico de exploração da Amazônia. Mestrinho, aliás, sugere a elaboração de um Código Amazônico, onde se lançariam os parâmetros do desenvolvimento regional e as medidas destinadas a compatibilizá-las com as exigências do equilíbrio ecológico. Seria conveniente que o Brasil cuidasse da proposta com a maior urgência possível, de modo a tê-la como fato consumado antes da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.